



PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ/MF nº 43.035.146/0001-85
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)					
	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11.065	9.319	Empréstimos e financiamentos	17.384	24.615
Contas a receber de clientes	59.395	54.087	Fornecedores	12.214	12.002
Impostos a recuperar	5.971	19.847	Obrigações sociais	74.377	82.597
Despesas antecipadas	15.868	13.356	Obrigações fiscais	22.979	26.443
Outras contas a receber relacionadas	144.599	231.102	IRPJ e CSLL a recolher	4.788	-
Outras contas a receber	25.655	30.331	Outras contas a pagar para partes relacionadas	57.870	141.161
Operações com derivativos	975	2.379	Dividendos a pagar	13.448	-
			Outras contas a pagar	14.113	30.419
Total do ativo circulante	263.528	360.421	Total do passivo circulante	217.173	317.237
Não circulante			Não circulante		
Impostos diferidos	41.556	31.684	Empréstimos e financiamentos	36.290	28.055
Operações com derivativos	172	429	Obrigações fiscais	84.387	99.237
Despesas antecipadas	641	-	Outras contas a pagar para partes relacionadas	1.264	1.246
Impostos a recuperar	1.681	1.416	Provisão para contingências	86.769	78.811
Outras contas a receber de partes relacionadas	157.612	157.575	Passivo atuarial com plano médico	50.581	37.553
Depósitos judiciais	30.879	28.973	Outras provisões	134	202
Investimentos	197	197			
Imobilizado	288.632	252.498	Total do passivo não circulante	259.425	245.104
Intangível	37.485	36.668			
Total do ativo não circulante	558.855	509.440			
Total do ativo	822.383	869.861	Total do passivo e patrimônio líquido	822.383	869.861

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)			
	2017	2016	
Receita operacional líquida	884.935	893.623	
Custo dos serviços prestados	(538.330)	(574.407)	
Lucro bruto	346.605	319.216	
Despesas (receitas) operacionais			
Vendas	(12.821)	(6.678)	
Gerais e administrativas	(278.447)	(290.785)	
Outras receitas operacionais líquidas	44.876	32.416	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	100.213	54.169	
Despesas financeiras	(16.325)	(19.906)	
Receitas financeiras	8.296	8.703	
Resultado financeiro	(8.029)	(11.203)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	92.184	42.966	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(42.905)	(26.347)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.343	7.330	
Lucro líquido do exercício	56.622	23.949	
Lucro por ação	0,19%	0,11%	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva lucro a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	264.544	4.662	-	37.117	4.613	-	310.936
Aumento de capital	37.117	-	-	(37.117)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.949	23.949
Reserva legal	-	1.197	-	-	-	(1.197)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(5.688)	(5.688)
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(17.064)	(17.064)
Reversão de impostos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	2.376	-	2.376
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	(6.989)	-	(6.989)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	301.661	5.859	-	-	-	56.622	307.520
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	56.622	56.622
Reserva legal	-	2.831	-	-	-	(2.831)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(13.448)	(13.448)
Reserva de retenção de lucros	-	-	40.343	-	-	(40.343)	-
Reversão de impostos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	2.529	-	2.529
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	(7.438)	-	(7.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	301.661	8.690	40.343	-	(4.909)	-	345.785

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)			
	2017	2016	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	56.622	23.950	
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	45.025	43.543	
Valor residual de ativos imobilizado e intangíveis baixados	879	640	
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.092	(1.083)	
Constituição de provisão para contingências	7.958	16.264	
Provisão para passivo atuarial com plano de assistência médica	5.590	19.426	
Outras provisões	(69)	55	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	35.562	19.017	
Juros e variações monetárias provisionadas	7.658	2.644	
Variação cambial	899	(2.181)	
(Ganho) perda com instrumentos financeiros derivativos	(2.541)	2.566	
Aumento (redução) dos ativos operacionais	163.675	124.841	
Contas a receber	(11.400)	(2.469)	
Impostos a recuperar	13.612	(906)	
Despesas antecipadas	(3.153)	(1.014)	
Outras contas a receber	3.394	(11.750)	
Depósitos judiciais	(1.906)	3.560	
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores	212	1.348	
Obrigações sociais	(8.221)	(4.366)	
Obrigações fiscais	(18.314)	(11.184)	
Outras contas a pagar	(16.306)	16.466	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	121.593	114.522	
IRPJ e CSLL pagos ou retidos	(38.117)	(28.347)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	83.476	88.179	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recursos repassados a partes relacionadas	(9.476)	(241.685)	
Recursos recebidos de partes relacionadas	12.669	247.663	
Aquisição de imobilizado e intangível	(82.854)	(62.711)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(79.661)	(56.933)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos captados	23.604	22.171	
Empréstimos e financiamentos pagos	(22.288)	(25.424)	
Juros pagos	(3.385)	(3.928)	
Dividendos pagos	-	(22.753)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.069)	(29.934)	
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	1.746	1.312	
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	11.065	9.319	
Saldo inicial	9.319	8.007	
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	1.746	1.312	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Protege S/A Proteção e Transporte de Valores (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim, vigilância e serviços de guarda ou custódia dos valores. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e outros. A Companhia está sediada na cidade Santo André, Estado de São Paulo à Rua dos Coqueiros, 1300 e tem base para prestação de serviços nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e com o *International Financial Report Standards (IFRS)*. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 10 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. **• Nota Explicativa nº 12 - Ativo imobilizado (estimativa de vida útil).** **• Notas Explicativas nºs 8 e 16 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **• Nota Explicativa nº 17 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos:** principais premissas atuariais. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **6. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, possam ser mensuradas de forma confiável. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuos a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos estão representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **c. Imobilizado: (iv) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(v) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(vi) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Benefitória em imóveis de terceiros	10 a 25 anos
Instalações	3 a 25 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 25 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 15 anos
Equipamentos de informática	4 a 10 anos
Armamentos e equipamentos de vigilância	2 a 20 anos

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*): (vii) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitará em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou do desaparecimento de um mercado ativo para um título. **(viii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos re-

levantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Administração não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **Iniciativa de divulgação (alterações ao CPC 26/IAS 7):** As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. Para atender aos novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento. **Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia não espera nenhum impacto significativo. **IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, com base nos instrumentos financeiros negociados pela Companhia não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras ao aplicar os requerimentos previstos na IFRS 9. **IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receta de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. **IFRS 16 - Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebr